

-----**ATA NÚMERO 42/2013**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE E UM DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL
E TREZE.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Dra. Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dr. Gil da Silva Canha, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Enf. José Edgar Marques da Silva, Eng. João José Nascimento Rodrigues e Idalina Perestrelo Luis. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

---Presente ainda o Senhor Énio Dionísio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigo 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada

a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÕES DA VEREAÇÃO:-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo prestou informações ao executivo sobre o Cemitério de São Martinho. Disse que a Câmara vai avançar com a ampliação para uma zona onde havia o estaleiro, e que será efetuada por pessoal camarário. Serão mais trezentas e sessenta e sete campas, a fim de poder dar resposta aos funerais. Prevê que esta ampliação esteja concluída até final do ano.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse congratular-se com a iniciativa.-----

----- - O Senhor Presidente interveio dizendo que se tratava duma solução de recurso, mas que será também mitigada pelo Crematório.-----

----- - Por seu lado, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, disse que também se congratulava com esta decisão.--

---A este propósito aproveitou para referir a situação problemática do trânsito, na hora dos funerais, no Cemitério de São Gonçalo, e lembrar também a necessidade de construir a Capela do Cemitério do Monte. -----

----- - Relativamente à questão da Capela do Cemitério do Monte a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo informou que está previsto

no próximo orçamento.-----

----- - Em seguida, o Senhor Vereador Edgar Silva deu conhecimento à Câmara de várias iniciativas da área do seu pelouro que serão desenvolvidas para assinalar o “Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres” e o “Dia Internacional da Pessoa com Necessidades Especiais”.-----

---Haverá um Seminário no dia vinte cinco de novembro, intitulado “Sou + Eu; relativamente ao “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”;-----

---No âmbito do “Dia Internacional da Pessoa com Necessidades Especiais”, declarado a três de dezembro, a Câmara irá promover nessa data, no átrio dos Paços do Município um encontro intitulado “Vencer Obstáculos”, onde pretende reunir pessoas com necessidades especiais, incluídas no mercado de trabalho, com a finalidade de trocar experiências.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, colocou uma questão que lhe fora colocada por uma munícipe sobre a situação dum muro que caiu na sequência do “20 de fevereiro 2010” no Ribeiro do Lazareto. Foi oficiado ao Governo, mas a munícipe diz que nunca recebeu resposta.-----

-----Continuando, este Vereador referiu uma situação que tem a ver com o cruzamento do Caminho de São Martinho/Caminho Dr. Pita/Caminho das Virtudes. Estava previsto uma rotunda, mas enquanto não é executada, alertava para a necessidade de salvaguardar a passagem de peões.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, questionou a Câmara acerca do caso da SEP (Sociedade de Exploração de Parques), nomeadamente a situação dos salários dos trabalhadores, que continuam sem receber.-----

-----Seguidamente, este Vereador chamou a atenção para as esplanadas na Placa Central que estão a expandir-se, deixando pouco espaço para a circulação das pessoas.-----

----- - Respondendo à primeira questão, a Senhora Vice-Presidente informou que no contrato com a S.E.P. existia uma cláusula em que a Câmara não assumiria os trabalhadores, e foi essa a disposição alegada pela Autarquia.-----

---Mais informou que, mesmo que a Câmara pudesse recrutar pessoas do quadro de pessoal daquela empresa, não seriam mais de seis ou sete e nunca a totalidade que são mais do que vinte, isto na hipótese de passar para a Frente MarFunchal a sua gestão.-----

----- - Relativamente à questão das esplanadas, o Senhor Vereador do Pelouro, Gil Canha, referiu que é um assunto que está a começar agora a analisar e alvo de estudo, nomeadamente as maiores, na Avenida Arriaga e na Zona Velha.-----

---Informou ainda que está a ser preparado um regulamento para as esplanadas, sublinhando que esta é uma questão preocupante para a Câmara, mas que já está a ser trabalhada.-----

----- - Neste seguimento, o Senhor Presidente afirmou que o objetivo da Câmara é ter uma cidade viva, e portanto com esplanadas, mas tem de haver um equilíbrio de modo a impedir

uma ocupação excessiva, até por razões de segurança e mobilidade.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, interveio afirmando que há um levantamento de todas as esplanadas autorizadas, sendo um estudo valioso para permitir a Fiscalização atuar.-----

----- - O Senhor Vereador Edgar Silva, sobre este assunto, opinou que é preciso ter em conta e considerar a questão da mobilidade, mormente para os portadores de deficiência.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, colocou várias questões, que se enunciam:-----

--- - Obras na baixa do Funchal – Aproxima-se a época do Natal e nomeadamente a Noite do Mercado; Há ruas que irão reabrir. Suscitou o problema da segurança nestas vias pois o movimento de pessoas tem um aumento significativo;-----

--- - Rua das Pretas – Pretende saber se o seu encerramento está a ser pensado pela Câmara;-----

--- - Espelho parabólico no cruzamento da Rua da Carreira com a Rua do Surdo - Pediu atenção para esta situação;-----

--- - Edifício do antigo Supermercado Caju – Em dois mil e dez, foi colocada a possibilidade de posse administrativa; foram feitas obras de segurança, mas entretanto o prédio continua degradado e sem solução à vista;-----

--- - Muro na Rampa do Pico do Cardo - Está, por decisão da Câmara, para ser demolido, os anos passam e tudo continua igual.

Perguntou o ponto da situação;-----
--- - Rua Mestre Sidónio - Não existe estacionamento para moradores, embora as moradias não sejam muitas. Alertou para o facto dos funcionários da Câmara Municipal do Funchal ocuparem todos os lugares.-----
----- - A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo interveio para responder às questões respeitantes aos seus pelouros.-----
---Informou que tem havido reuniões semanais com o Governo Regional, tendo em conta a época de Natal que se aproxima. Tem sido acertado e coordenado a abertura de algumas ruas nos próximos dias;-----
---Em relação à Rua das Pretas, informou que a Câmara está a fazer um estudo não havendo intenção de fechar a mesma, porque é importante para o escoamento do trânsito;-----
---No que se refere à Rua Mestre Sidónio, disse que a Câmara irá analisar a situação.-----
----- - O Senhor Vereador Gil Canha tomou a palavra, para prestar informações sobre os assuntos dos seus pelouros.-----
---No que se refere ao Edifício da Caju, disse que na última Vereação foi falado muito sobre aquele prédio. Irá ser agora analisado, para uma tomada de decisão.-----
---Quanto ao muro no Pico do Cardo, assunto que é do seu conhecimento, e que já foi objeto de decisões, disse que irá mandar verificar.-----
---Relativamente às obras no centro da cidade, mostrou a sua

preocupação com as intervenções nas fozes das ribeiras, nomeadamente na parte estética; muros de betão armado, numa zona nobre como é o Mercado e outros elementos das pontes antigas, que foram esquecidos pura e simplesmente.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, usou da palavra para manifestar a sua concordância de que aquela não era uma boa solução estética.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---O Senhor Presidente deu conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia, bem como duma proposta da CDU, apresentada nos termos do número um do artigo onze do Regimento das Reuniões, iniciando-se a sua apreciação pela sequência nela prevista.-----

1 - FIXAÇÃO DE TAXAS/IMPOSTOS:-----

----- - **Lançamento de uma Derrama sobre o IRC:** - O Senhor Presidente pronunciou-se, relativamente à proposta em apreço, nos seguintes termos: "Nós vencemos as últimas eleições e temos um programa a cumprir. Isto é, não é possível executar quatro programas. Queremos consensos, mas queremos cumprir o nosso projeto. Temos abertura, mas não pondo em causa o equilíbrio orçamental do Município. Não podemos ter uma visão micro e necessitamos de receitas para satisfazer as necessidades do Município. Esta proposta – Derrama – vem também na sequência da decisão da Assembleia Municipal no IRS, que aprovou 4% e não 5%. Necessitamos desta verba para fazer face às despesas que

temos previsto, nomeadamente nos investimentos e no Fundo de Emergência Social e outros”.-----

----- - De seguida, a Senhora Vice-Presidente fez a apresentação da proposta, salientando os seguintes aspetos na defesa da mesma: “Uma vez que aqui, na reunião de Câmara, foi aprovado os 5% do IRS, mas na Assembleia Municipal, tanto o PSD, como a CDU, alteraram a sua posição de voto, o CDS já havia votado contra, estamos agora numa situação de necessidade de compensar esta perda de receita. Acho que houve aqui uma falta de coerência entre a decisão da Câmara e a decisão dos partidos na Assembleia Municipal. Agora há que arranjar alternativas. Também aqui o PSD, em maioria, em 2011, apresentou uma proposta de Derrama, e bem mais gravosa para as empresas que esta, que foi aprovada, para compensar os 5% do IRS que a Câmara não recebia, e exatamente manter um equilíbrio orçamental. A nossa proposta é de 0,5%, para volumes de negócios acima dos 150 mil euros que tenham lucros tributáveis. Abaixo dos 150 mil euros as empresas estarão isentas. Sabemos que tem de haver algumas adequações do nosso programa, mas não podemos ter o melhor de todos, porque colocamos em causa o equilíbrio das contas da Autarquia”.-----

-----Acrescentou ainda que esta devolução de 1% do IRS é sobre a coleta líquida, pelo que foi feito simulações para casos reais de famílias na qual se pode constatar que o efeito desta devolução é nulo para as famílias de baixo rendimento e pouco significativo

para as restantes.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, interveio refutando a justificação dada na apresentação desta proposta, pelo facto de, na passada semana, a Vereação (Coligação Mudança) ter votado contra o lançamento deste imposto. Por outro lado, não concorda que se associe esta questão à do IRS, aprovada na Assembleia Municipal.-----

---Disse que há dois caminhos: ou se adequa as despesas às receitas existentes, ou se aumentam as receitas. Sobrecarregar as empresas, neste momento, quando há uma grande carga fiscal e uma taxa elevada de desemprego, coloca-as em maiores dificuldades. Salientou que, é normal que quem está no poder pense no equilíbrio orçamental, e que quem está na oposição pensa nas pessoas, nas empresas e na economia.-----

---A concluir referiu que o PSD é contra o agravamento da carga fiscal. Defende a criação de emprego, e há ainda aqui um risco de deslocalização de algumas empresas do Funchal para outros concelhos. Por isso o voto do PSD é contra.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, começou por referir que a Coligação ganhou as eleições mas sem maioria absoluta. Ganhou com trinta e nove por cento (39%) dos votos e a Oposição junta teve sessenta por cento (60%). Esta foi a vontade soberana do povo, a vinte nove de setembro, não dando maioria absoluta a nenhuma das forças políticas. Por isso, só através do diálogo se chegará a consensos.---

-----Prosseguindo no uso da palavra, e em relação à Derrama, citou a intervenção, na última reunião, da Senhora Vice-Presidente que diz: “a proposta antes apresentada era de 0,5 % muito inferior à agora em discussão, apresentada pela CDU. Não somos contra a derrama. A Câmara vai pedir às Finanças dados que lhe permita saber quem seria atingido e em que montantes. Salientou que não se pode apenas pensar nos lucros, porque há pequenas empresas que dão lucro mas têm grandes problemas de tesouraria. Com as empresas descapitalizadas e sem acesso ao crédito só se poderá ir por esse caminho excluindo as empresas mais pequenas. A Câmara terá de fazer primeiro o seu enquadramento”.

---Lembrou que o PS, há um ano, propôs na Assembleia Municipal, a redução do IMI e do IRS.

---Disse que da parte do CDS/PP há coerência nesta matéria, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal.

---Disse ainda que gostaria de saber qual é o universo de empresas abrangidas e qual o montante das verbas que se prevê arrecadar.--

----- - A Senhora Vice-Presidente informou que seria cerca de mil empresas e uma verba de três vírgula cinco (3,5) milhões de euros.-

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues referiu que a lei nº 165/86 isenta as empresas da Zona Franca da Madeira. Nas contas do CDS/PP esta verba dará no máximo trezentos a quatrocentos mil euros.

----- - Respondendo, a Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, disse que, sendo assim, o valor deve descer para cerca

de um milhão de euros ou inferior. E se as empresas da Zona Franca estão excluídas então será melhor, salientando que fica resolvida uma questão que também preocupava a Autarquia.-----

-----Mantendo-se no uso da palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, disse que esta proposta deveria ser sustentada, não podendo fazer-se em cima do joelho. Considerou que como vereador não está em condições de votar a mesma. Não há informação sobre o universo das empresas abrangidas.-----

---Por outro lado, houve um aumento desmesurado da carga fiscal sobre as empresas, o que levou a mais desemprego. O CDS/PP não pode dar o seu apoio a esta proposta. Julga antes que a opção certa é o corte nas despesas, para adequar às receitas previstas. Em sua opinião, esta medida deve ser mais bem estudada. Os problemas sociais que hoje existem têm origem na crise económica, que gera desemprego. Por isso não concorda que se aumente a carga fiscal.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, disse que concordava com a opinião do Senhor Vereador José Manuel Rodrigues quanto ao excesso da carga fiscal que as empresas e famílias estão atualmente sujeitas, mas que esse discurso deveria ser feito na Assembleia da República e não aqui! Não estava prevista a aplicação da Derrama pela Coligação, a mesma foi feita para compensar a redução de 1% do IRS.-----

---Salientou que a Câmara vai fazer um grande esforço de redução de despesas, o que, aliás, já começou a fazer, mas não chega. -----

---Nesta sequência apresentou um quadro exemplificativo em que uma família com um rendimento anual de €41.200,00 (quarenta e um mil e duzentos euros) o benefício resume-se em €45,00 (quarenta e cinco euros) e uma pessoa com rendimento mensal de €960,00 (novecentos e sessenta euros) o benefício é zero.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, a propósito da intervenção da Senhora Vice-Presidente, esclareceu que a aprovação pela Vereação anterior do lançamento da Derrama e a sua posterior revogação teve a ver com o desbloqueio, que veio efetivamente a acontecer, da questão das verbas retidas a título de IRS, no valor de cinco milhões de euros.-----

----- - Seguiu-se a intervenção do senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, que, na sequência desta discussão, afirmou:-----

---“Desde 2009 a CDU vem defendendo a aplicação da Derrama no concelho do Funchal. Tem feito parte das nossas propostas com o objetivo de permitir à Câmara Municipal do Funchal arrecadar mais receitas.-----

---Recordo que em 2011, reportando-se ao Orçamento para 2012, o PSD previa a aplicação da Derrama. Na altura o que se pretendia era que as empresas com volume de negócios superior aos €150.000,00 fosse taxada e, inclusive apontavam-se para valores a receber pela CMF que rondariam os 2,6 milhões de euros, pelo menos eram os valores que iriam constar no Orçamento. E esta proposta mereceria aprovação, por exemplo, do CDS-PP se 5% da verba arrecadada fosse destinada à dinamização do comércio.

Portanto, não são corretas algumas das afirmações aqui proferidas. Que esta questão fique clara.-----

---A proposta que a CDU apresentou aqui na Câmara Municipal apontava para a aplicação de taxas mais elevadas. E, considerávamos que a aplicação da Derrama contrabalançaria uma redução no IRS.-----

---Embora por valores inferiores aos propostos pela CDU, esta proposta de deliberação apresentada pela CMF, merece-nos toda a atenção e a nossa aprovação, pelo que, naturalmente, iremos votar favoravelmente.”-----

----- - Voltando a intervir, o Senhor Presidente referiu: “Nós nunca pusemos de lado a aplicação da Derrama. Dissemos que iríamos estudá-la. Temos a preocupação da economia e das empresas, e daí a taxa reduzida que estamos a apresentar. Normalmente, nos municípios que fazem a devolução de parte do IRS, como foi aprovado na Assembleia Municipal, é compensado com a Derrama. Isso acontece um pouco por todo o país”.-----

----- - O Senhor Vereador Gil Canha intervindo disse que, quando se fala em tecido empresarial é necessário ver que a maioria das empresas não é abrangida. Apenas os grandes grupos empresariais e as empresas ligadas ao regime do PSD e do Governo.-----

----- - Tomando de novo a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues defendeu que, por princípio, as empresas são iguais. No entanto, preocupa-o o estado do tecido empresarial da Região e do Funchal, porque é fundamental para a dinamização

económica a criação de emprego, e por consequência a diminuição da pobreza e os problemas sociais.-----

---Apontando o facto de que esta decisão tem de ser comunicada até trinta e um de dezembro, e não havendo conhecimento do universo de empresas abrangidas e do valor a arrecadar, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues disse que lhe parece extemporânea a votação da proposta, pelo que propunha que fosse adiada por uma semana.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente respondeu que a Câmara está na fase final de elaboração do orçamento e, como tal, não pode adiar esta questão. Necessita saber se pode ou não contar com esta receita.-----

---A proposta do CDS/PP não foi aceite pela Mudança e pela CDU, abstendo-se o PSD.-----

----- - Em resposta à Senhora Vice-Presidente quando questionado se alterava a sua posição de voto caso a proposta fosse adiada, o Senhor Vereador Bruno Pereira, disse que, “embora concordando que deveria ser adiado, não adiantava uma vez que todos sabem que a proposta será aprovada pelas posições que a Mudança e a CDU já aqui manifestaram e que o sentido de voto do PSD não se alteraria”.-----

--- - A Câmara, após mais alguma troca de impressões, aprovou por maioria, com votos contra do PSD e CDS/PP, a seguinte deliberação: -----

---“De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 14º da Lei nº

2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais (e pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 73/2013, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2014) os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. Nos termos do nº 2 do artigo 12º da referida Lei, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. A Câmara delibera, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal: - Lançamento de uma derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de 2013 e a cobrar em 2014, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2013 superior a 150.000€. – Isentar do pagamento da derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000€, fundamentada com a necessidade de proteger as condições de competitividade dos pequenos negócios”.

-----**Declaração de Voto do PSD:** “A propósito do voto contra dos vereadores eleitos pelo PSD em relação à proposta de lançamento da derrama sobre as empresas com atividade no Funchal, cumpre esclarecer que, além das razões de princípio que desaconselhariam a medida no atual quadro socioeconómico, e que ficaram sobejamente esclarecidas no debate – a elevadíssima carga fiscal que as empresas, principais criadoras de emprego, têm de suportar; os riscos de deslocalização; a preferência pela via da despesa corrente em detrimento do aumento da carga fiscal como mecanismo de equilíbrio orçamental do município – a própria forma como a medida foi apresentada pelo executivo camarário deveria inviabilizar a respetiva aprovação. Deve ficar salientado que, além das dúvidas dos proponentes em relação à incidência do tributo sobre as empresas com atividade no Centro Internacional de Negócios, a proposta original da coligação previa uma taxa de derrama de 0,1 sobre as empresas com valor de negócios inferior a 150.000, defendida em primeira linha como sendo um limite mínimo legal e que só após várias insistências nossas foi alterada e retirada. Com efeito, foi evidente a falta de preparação mínima da proposta, a qual nunca deveria ter sido apresentada e aprovada sem uma fundamentação técnica adequada (impacto financeiro, universo de empresas abrangidas, ramos de atividade mais penalizados).”-----

2 – URBANISMO:-----

-----**2.1 – Obras Particulares:** - Presente ofício da Direção

Regional de Comércio, Indústria e Energia (proc.º 44791/13), solicitando parecer sobre a construção de uma unidade autónoma de gás liquefeito (UAGNL) na zona dos Socorridos, freguesia de São Martinho.-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, interveio dizendo ter conhecimento de que não há urgência no parecer camarário. Por isso é de opinião que se solicite os elementos em falta no processo e não se faça referência a um futuro parecer, que ainda não existe.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse não fazer sentido, de facto, solicitar elementos e anunciar um parecer negativo que ainda não foi emitido.-----

---O senhor Vereador Ênio Martins corroborou da opinião dos Senhores Vereadores João Rodrigues e José Manuel Rodrigues, por achar que deveria haver alguma contenção. Seria de solicitar todos os elementos em falta e manter o processo em aberto, independentemente de mais tarde, caso não fossem cumpridos os requisitos, a CMF não aprovar esta questão. -----

--- - Colocado à votação, a Câmara tomou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Gil Canha, a seguinte deliberação: -
Atendendo que os elementos rececionados junto ao processo são insuficientes, não permitindo que a CMF emita qualquer parecer sobre a matéria, solicita-se que o processo relativo ao licenciamento municipal da obra de construção da instalação seja instruído de acordo com o Decreto-Lei número quinhentos e

cinquenta e cinco/noventa e nove, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número vinte seis/dois mil e dez, e com a Portaria número duzentos e trinta e dois/dois mil e oito.-----

----- - **2.2 - Classificação de Imóveis**: - Presente proposta, submetida pelo Departamento de Planeamento Estratégico (refª DPE-040/2013), para abertura do procedimento de Classificação como Imóveis de Interesse Municipal (IIM) de um conjunto de vivendas localizadas na Avenida do Infante (nºs 26, 32, 34, 36/38, 40/42, 44, 50, 52/52-A, 56/56-B).-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, pronunciou-se sobre esta proposta dizendo que a autarquia tem inventariado seiscentos e setenta e sete (677) imóveis, devendo ir mais além, por exemplo na Rua da Levada de Santa Luzia e na Rua do Comboio. Há um trabalho que se iniciou em janeiro de dois mil e treze, feito no Departamento de Planeamento, daí dizer que se poderia ter ido mais além.-----

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos e de acordo com a citada proposta.-----

PROPOSTAS DE VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU intitulada “Definição de 70% do orçamento Camarário para 2014 para investimento nas Zonas Altas e Super Altas, zonas degradadas e bairros sociais”**: - Presente Proposta de Resolução, submetida pela CDU, do seguinte teor:-----

---“No Concelho do Funchal é possível verificar a existência de diversas assimetrias de desenvolvimento motivadas por uma política orçamental de investimento camarário que não correspondeu aquelas que são as exigências e reais necessidades das populações do concelho, nas áreas mais degradadas das periferias da cidade, nomeadamente aquelas que têm as suas residências nas Zonas Altas e Super Altas e nos denominados “bairros sociais”. Embora os diversos movimentos sociais nascidos das reivindicações populares tenham dado origem, por exemplo, ao alargamento da rede viária a diversas localidades das Zonas Altas e Super Altas, transportando por essa via o acesso ao saneamento básico, esse investimento não foi complementado com outros níveis de intervenção que permitissem uma ainda maior melhoria das condições e qualidade de vida dos munícipes ali residentes. Essa rede viária necessita de melhoramentos e adaptações suscetíveis de permitir um melhor e mais próximo acesso aos transportes públicos, as questões relativas à segurança de pessoas, bens e haveres não foram devidamente salvaguardadas e, ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água potável continuam a verificar-se falhas e hiatos que urge resolver. Ao nível dos bairros sociais e da intervenção nas zonas mais antigas da cidade, nos primeiros núcleos de povoamento e de expansão da cidade, o investimento necessário foi continuamente adiado e sempre remetido para futuros planos de investimento cuja concretização nunca foi conseguida. Na situação atual que o País atravessa, com

as profundas implicações sociais e económicas que atingem particularmente os trabalhadores e suas famílias, onde a estagnação da atividade económica e o retrocesso no investimento público e privado constituem uma realidade, urge adaptar os orçamentos e planos de atividades camarários numa perspetiva de reorientação do investimento e das prioridades de investimento proporcionando a dinamização da atividade económica e o envolvimento mais direto do tecido económico local. Assume, pois, particular importância, a elaboração de planos de requalificação e recuperação urbanística quer dirigidos às Zonas Altas e Super Altas, quer às zonas da cidade alvo de maior degradação do parque edificado e equipamentos, a definição clara de uma política de atuação para os bairros sociais que permita a requalificação dos mesmos e, a outro nível, o lançamento de pequenas obras locais direcionadas para uma maior participação das micro e pequenas empresas. Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal do Funchal delibera a afetação de 70% do investimento a consagrar no Plano de Investimentos da Câmara Municipal do Funchal para 2014 seja direcionado prioritariamente para a intervenção nas Zonas Altas e Super Altas do Concelho, nas zonas de recuperação urbanística e bairros sociais, reorientando assim o investimento público para o combate às assimetrias de desenvolvimento em simultâneo com a dinamização económica e social das localidades”.-----
---Tomando a palavra, o Senhor Presidente referiu que em matéria de orçamento, os partidos já foram ouvidos. Concordando com os

princípios que assentam a proposta, não pode, contudo, a mesma ser aceite, porque nesta fase a Câmara estaria a comprometer setenta por cento do seu investimento.-----

---Intervindo o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, defendeu que se passe esta Proposta de Resolução para Recomendação, o mesmo defendido pela Senhora Vereadora Idalina Perestrelo.-----

---Embora estando de acordo com muitas questões colocadas, a proposta peca, em sua opinião, por deixar de fora outras áreas essenciais, comprometendo a quase totalidade do orçamento.-----

---Usando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse que está a ser preparado o novo Quadro Estratégico Comum para o período de programação dois mil e catorze-dois mil e vinte, e por isso, talvez, nessa altura se deveria pensar melhor sobre este assunto, já que estão previstos apoios na área da reabilitação urbana.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, comungou das preocupações da CDU, embora não entenda a sua quantificação no orçamento.-----

---O Senhor Presidente disse que votava contra porque, como já afirmara, a Câmara está numa fase de elaboração do orçamento e não pode comprometer-se com os setenta por cento, sendo esta uma forma limitativa.-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, por seu lado, disse que votava contra, não porque não concorde com os princípios, mas discorda com a quantificação, porque outras áreas poderiam

ficar de fora.-----

--- - Colocada à votação, foi reprovada com os votos contra da Coligação Mudança e do PSD e abstenção do CDS/PP.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 326/13, publicada nos locais de estilo.